

RELATÓRIO DO ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE E DO PECMA

Brasília, julho de 2016.

**RELATÓRIO DO ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES DA CARREIRA
DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE E DO PECMA
BRASÍLIA, 06 E 07 DE JULHO DE 2016**

Local: Auditório do SINDSEP/DF – SBS QD 01 Bloco “K”

Ed. Seguradoras, 17º Andar – Brasília - DF

Dia 06 de julho de 2016

O início do credenciamento dos delegados e observadores se deu às 8 h, seguido da abertura solene do encontro com a leitura, discussão e aprovação da programação e do Regimento Interno. Na discussão do Regimento Interno, foram aprovados a prorrogação do credenciamento dos delegados até as 15 h do dia 06 e o credenciamento da Asibama-DF, que encaminhara a ata da assembleia de eleição dos delegados com atraso.

A mesa de abertura foi composta pelo presidente da Ascema Nacional, Emerson Aguiar, por seus diretores Ana Carolina Bonifacio da Silva e Claudio Fabi, pelo delegado do Rio Grande Sul, José Mario Viruê e pela diretora da CONDSEF, Jussara Griffó.

A diretora da CONDSEF repassou os informes nacionais, destacando a reunião agendada no Ministério do Planejamento para o dia 12/07, onde seria cobrado o cumprimento de todos os acordos. Informou que na presente data, 06/07, ocorreria uma audiência pública na Comissão de Cidadania e Justiça do Senado (CCJ) sobre o reajuste dos servidores e que o Dieese estava avaliando as três emendas apresentadas. Informou, ainda, que a CONDSEF faria uma força tarefa em prol dos aposentados e que no dia 12/7 havia programação de uma caravana para derrubar a Emenda 241, que ataca os servidores e acaba com as políticas públicas. Frisou os problemas na GEAP, onde ocorria uma guerra de liminares em virtude da indicação do presidente da mesma e defendeu que a GEAP deve ser administrada pelos trabalhadores, esclarecendo que a legislação que rege a GEAP hoje é a mesma que rege a Unimed; que na pauta nacional, a questão do plano de saúde é uma das principais lutas e que a reivindicação é que o plano seja 50% pago pelo servidor e 50% pelo governo. Disse, também, que o governo interino está destruindo o serviço público, diminuindo os ministérios e aumentando os cargos. Logo após a fala da Diretora da CONDSEF, foi aberto um debate sobre os temas abordados pela mesma, sendo que não ocorreram deliberações sobre os temas.

Na sequência, passou-se aos informes das atividades/assembleias nos estados, seguindo a ordem alfabética dos mesmos. A mesa informou pela que alguns Estados não tiraram delegados para o Encontro, entre eles Alagoas e Bahia.

Seguem os breves informes dos representantes dos Estados.

Acre: O representante informou que a assembleia contou com 21 presentes onde foram discutidos a escolha dos representantes para o encontro nacional de servidores, a decisão acerca das mensalidades não recolhidas dos associados no período de dez/2015 a maio/2016 (06 meses) e informes e debates gerais (ata e lista de presença em anexo). Frisou que a situação da entidade é caótica há quase seis meses, que não há capacidade

de mobilização e que está desacreditada entre os servidores. Tal situação perdura por muito tempo, o que gera desmotivação. Informou, ainda, que o ICMBio não paga o aluguel há seis meses.

Amazonas: A Associação está ativa, tentando trazer para a mobilização 20 novos associados. Defende uma aproximação com parlamentares e associações, ONG's e movimentos sociais.

Ceará: Expressou a preocupação com a questão da GEAP por conta do custo muito elevado após o reajuste e que nas assembleias foi discutida sobre a perda de direitos.

Distrito Federal – Assema MMA: O representante da Assema informou que foram feitas várias assembleias em virtude da reestruturação do órgão, que ocorreu uma oficina com participação de mais de 80 servidores do Ministério. Disse que a associação passa por um processo de mudança do estatuto com vistas à democratização do processo. Informou que não houve consenso quanto ao processo de impedimento da Presidente da República ser golpe ou não, mas que houve consenso quanto ao encaminhamento de manter as negociações com o governo interino. Pautou, ainda, a defesa do Estado democrático de direito, independentemente de partidos políticos; o compromisso de luta em defesa dos direitos e acordos; a busca constante de melhoria nas condições de trabalho; o posicionamento contra a extinção dos órgãos de controle e contra os projetos que atrapalham o licenciamento; a elaboração de uma proposta de melhoramento do licenciamento (criar um Grupo de Trabalho para desenvolver essa proposta); criação de um observatório ambiental organizado pela Ascema; que qualquer processo de reestruturação do ICMBio seja participativo; Fez uma crítica aos conselhos como CTNBio e CTNAgro (contra a retirada das funções do Ibama e da ANVISA, manutenção das funções de agrotóxico no Ibama e ANVISA), que a Ascema Nacional crie um Grupo de Trabalho (GT) para levantar demandas e discutir pautas relativas à reestruturação da carreira, incluindo a questão relativa à mudança da carreira do nível técnico; inclusão da ANFEMA na mesma negociação da carreira em mesa setorial; elevação do grau do nível técnico para superior; aproximação do salário do nível técnico com o superior; pressionar para regulamentar a GQIII; reestruturação dos órgãos da carreira para fortalecimento da SUPES/DF; Manifestação contra o PL 422 do Bolsonaro; contra os PLs do licenciamento e contra a pulverização aérea em área urbana; Que a Ascema Nacional se posicione contrariamente ao documento do governo golpista Ponte para o Futuro .

Outra representante do MMA disse que estão sofrendo com as mudanças na carreira, que a transposição para PECMA é um problema por causa da cláusula de barreira, que prejudica a progressão e que migrar para a CEMA seria o mesmo trabalho e uniria mais a carreira.

Distrito Federal – Asibama/DF: O presidente recém-eleito informou que havia assumido na 2ª feira, mas que foram feitas quatro assembleias para eleição dos delegados. Disse que falar da conjuntura no momento é uma problemática pois há certa dificuldade dos servidores entenderem as entidades.

Espírito Santo: Informou que há desmotivação entre os servidores e que não há novos associados. Levantou a questão do repasse de 10% para Ascema Nacional, dizendo que não tem novos associados e por não funcionarem dentro do Ibama, precisam alugar uma sala, por isso tem um gasto a mais. Enfatizou que a ASCEMA Nacional não faz nada com relação às indicações políticas.

Goiás: O representante informou que ocorre um desvio de foco institucional, com pouca preocupação com o meio ambiente. Manifestou preocupação com a divisão entre nível médio e superior, o que deixa uma baixa motivação para participar das lutas. Informou da eleição da nova diretoria e que estão conseguindo novos associados.

Minas Gerais: O representante da realização das assembleias e das deliberações, que seguem em anexo, em PDF.

Mato Grosso do Sul: O delegado informou que a situação é semelhante às demais entidades. Disse que o ICMbio está pior que o Ibama. Relataram, ainda, a preocupação com a situação da Asibama, e que o atual presidente à frente da entidade há 15 anos, que ocorre eleição de dois em dois anos e não aparecem novos candidatos. Disse ter pago do próprio bolso a ida ao Encontro e que se sente temeroso com o fim da Associação.

Mato Grosso: Informou que ocorre um problema grave de falta de servidores, que a Associação tem 120 filiados ativos, muitos recebendo abono de permanência e que outros irão se aposentar em breve. Disse que as estruturas estão sucateadas e que nem o cafezinho tem mais.

Pará: Informou que a GEAP é um problema mas os associados do Pará tem plano médico específico. Disse que ocorrem problemas sérios de estrutura nas operações, com falta de combustível para os carros (às vezes os veículos são abastecidos com dinheiro dos próprios servidores), que ocorreram mudanças na Superintendência e que no momento estavam sem superintendente.

Paraíba: A representante foi convidada pela Ascema Nacional e informou que é associada no DF, porque não acredita na Associação da Paraíba, onde não são feitas assembleias e que o presidente e os representantes não participam e nem convidam para reuniões.

Pernambuco: Informou que há um acirramento nas discussões, por conta do golpe ou não golpe; que há forte desmobilização, um corte grande de terceirizados e um desmonte do Ibama. Que nas assembleias foi deliberado não julgar se governo é golpista, mas que deve se manter negociação com governo interino, combatendo qualquer proposta que traga prejuízo aos trabalhadores ou ao meio ambiente. Disse, também, que se deve definir diretrizes para usar as redes sociais em nossas lutas e que a Ascema Nacional deve orientar cada Estado a procurar comissões de meio ambiente das assembleias legislativas, acompanhar e pressionar pela aprovação do projeto que trata do novo cálculo da aposentadoria.

Piauí: O representante informou que veio pelo escritório, que no seu Estado há muito sucateamento, tanto no Ibama como no ICMBio e que estava participando do Encontro por conta da parceria com o Sindicato, que custeou as passagens.

Paraná: Informou que não existe Associação no Estado, que na assembleia estavam presentes 20 servidores e que se preocupa pelo fato de não ter associação; que os servidores estão bastante preocupados com a questão do licenciamento; que há um grande número de aposentados; que a questão florestal está sem perspectiva; que há muito assédio moral e que é necessária uma política de combate ao mesmo; que há necessidade de que seja tomada uma atitude frente ao fechamento dos escritórios e da reestruturação dos órgãos e das funções gratificadas; que não se deve tomar posição a respeito de ser golpe ou não, mas que se deve continuar

a participar das mesas de negociação; que os servidores elaboraram carta aberta em defesa do licenciamento ambiental e meio ambiente.

Rio de Janeiro: A representante esclareceu que a Associação tem participado de muitas atividades de mobilização, por conta da situação política atual; que participam de Fóruns como os de Luta contra PL 257, Fora Temer, Impactos do Pré-Sal, questão das mulheres, cultura do estupro e Fora Cunha. Disse que há um ataque à legislação trabalhista e que foram realizadas três assembleias para a eleição de delegados.

Rondônia: Informou sobre a continuidade das negociações contra PL's e GEAP e que quem sair da GEAP se prejudica muito mais. Disse que a associação passa por estruturação das finanças e que o Estado é complexo e com o maior índice de homicídios decorrentes de conflitos relacionados ao agronegócio.

Rio Grande do Sul: Informou sobre o desânimo que ocorre entre os servidores devido a precarização da infraestrutura e não renovação dos terceirizados; que a parceria Asibama/Sindicato sempre deu certo; que os associados acham que devem falar de política nas assembleias. Esclareceu que os novos servidores se desfiliam e dizem que já são filiados à Ascema; que se deve defender as entidades de base; que há um grupo que quer construir associação de nível médio; que os PL's e PEC's só retiram direitos; que a Ascema não deve ficar mais de um ano sem chamar um encontro nacional; que a Ascema Nacional oriente as entidades de base para que realizem atividades políticas como audiências públicas no sentido da preservação das unidades ameaçadas. Pontuou a Questão do GEAP; do caos administrativo; que os companheiros dos Estados devem ser chamados para realizar atividades de luta dentro do Congresso Nacional; que não debateram acerca de negociar ou não e não chegaram a um consenso sobre se foi golpe ou não, mas que encaminharam por cobrar o que já foi acordado. Informou, ainda, que houve corte de salários dos terceirizados.

São Paulo: Os delegados informaram sobre a reforma estatutária da Associação; sobre a situação do Geap que está afetando os servidores que ainda tem o plano e não sabe até quando conseguirão manter, sendo necessário aceitar acordo com a GEAP se reduzir aumento; apresentaram o resultado das assembleias feitas no Estado que era para Ascema Nacional continuar negociar em nome dos servidores da área ambiental federal, por entenderem que a entidade foi eleita não para negociar com governo e sim com qualquer governo de plantão; que foi levantado pelos servidores sobre o contingenciamento feito no ICMBio; a provável reforma institucional; a entrega dos DAS; o aluguel da sede do ICMBio; a falta de recursos para cumprir com as metas estabelecidas para o órgão; a falta de articulação entre as diretorias; a necessidade de novos concursos; a falta de comunicação tanto internamente e externamente; a necessidade de serem discutidas e criadas normas mais claras sobre a compensação ambiental; a falta de olhar para os centros de pesquisa deixa claro que a direção não conhece os centros e quais as suas finalidades; que a questão do CMA poderia ser resolvida com a utilização da estrutura que o CEPTA já tem e com isto otimizar os recursos já escassos; a falta de pagamento dos contratos do ICMBio, sendo que a maioria está suspenso; a necessidade de articulação entre diretorias; necessidade de maior transparência; falta de pagamento dos terceirizados; que houve posicionamento dos servidores nas assembleias em relação ao ex-servidor Carlos Daniel para que não seja feita nenhuma intervenção em defesa dele pela Ascema Nacional; que

muitas das informações prestadas aos servidores do CEPTA e da SUPES/IBAMA/SP, se encontram no DOC IBAMA Nº 02001.008511/2016-61; entendem, ainda, que a Ascema Nacional não pode defender ex-servidor que nunca fez parte dos quadros de associados das entidades filiadas à entidade nacional; que os contingenciamentos feitos no Ibama têm causado grandes problemas. Informou-se, ainda, que há algum recurso financeiro, mas que naquele momento o contrato de combustível para as camionetes do Ibama estava suspenso prejudicando as operações de fiscalização em curso na região norte; já o contrato de combustível para os carros pequenos estava operante e que quanto aos demais contratos, o Ibama pretendia colocar em dia os pagamentos em atraso.

Tocantins: Informou que há uma dificuldade em agregar os servidores; problemas na superintendência de Palmas, que fica fora da Sede própria do Ibama e paga R\$ 35.000,00 de aluguel por mês há muito tempo; que a progressão foi reconhecida, mas ainda não foi paga e que não se deve desviar o foco dos servidores.

Ao final dos informes dos Estados, o Secretário Geral da CONDSEF, Sérgio Ronaldo repassou notícias dos acontecimentos no Congresso, informando que a CONDSEF vai trilhar no caminho da unidade; que não foi possível entrar na CCJ do Senado porque tem uma fila enorme de espera; que Aloysio Nunes pediu vistas aos PL's e que os mesmos voltariam para votação no plenário ainda durante o dia 06/07; que a expectativa era de aprovação na CCJ; que os acordos começam a vigorar a partir de 1º de agosto/16 e que a CONDSEF cobrará do governo o cumprimento dos acordos e continuará discutindo pendências com qualquer governo.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Mesa debatedora foi composta por Plínio de Arruda Sampaio Júnior, professor do Instituto de Economia da Unicamp; Maurício Guetta, advogado do Instituto Sócio Ambiental (ISA) e por Ana Carla Magni, analista do IBGE (arquivo em anexo).

Iniciando a Análise de Conjuntura, foi dada a palavra para o professor Plínio de Arruda Sampaio Júnior, que iniciou a palestra com uma análise do momento político atual. Segundo o palestrante, o país passa por um momento de redefinição e por um processo de polarização partidária, sendo necessário entender a raiz do problema, o que é crise econômica e o que é crise política. Observou que não é a crise fiscal que cria a crise econômica, mas o contrário disso. É uma crise estrutural, difícil de resolver, com um impacto devastador. Por 30 anos o país apostou no comércio internacional, no entanto agora as coisas estão paradas e não há um prazo definido para retomada do crescimento internacional, uma vez que, por exemplo, em 29 o capitalismo demorou 20 anos para sair da crise. O governo surfou no boom especulativo e agora o cenário de instabilidade desmonta tudo. À crise econômica se soma uma crise política, uma crise estrutural de representatividade. A superestrutura política ruiu, o povo não se sente representado pelos políticos. As jornadas de junho/julho de 2013 acabaram com a paz social, com a juventude indo para as ruas exigindo questões sociais padrão FIFA. O governo da Presidente Dilma agravou a crise com o pacto econômico comandado pelo ex-Ministro Levi. Depois de 1988 ocorreram diversos ataques à constituição. O melhorismo petista é pouco para a classe trabalhadora e muito para os burgueses

capitalistas. A resolução da crise está em dois polos distintos. Na economia há aprofundamento da crise, a doutrina do neoliberalismo e é preciso um ajuste no curto prazo para recompor. No Governo Dilma houve ganância com pagamento de juros da dívida pública, privatização e a redução/rebaixamento da vida dos trabalhadores. Como frente de expansão há necessidade de aumentar a concorrência. Na crise o capital assalta o tempo, o capital é bárbaro, o projeto do capital é um ataque total ao Brasil, um Estado mais duro na retaliação aos trabalhadores, ele precisa de um instrumento para domar a massa. O grande estelionato eleitoral da presidente Dilma foi dizer que ia para a esquerda e depois de eleita ir mais à direita, dizer que vai defender o povo e não defender. Qual a alternativa perante esse momento? Ajuste mais moderado, retomar as propostas de 1980? Há uma barbárie em curso, estão acabando com a 5ª bacia hidrográfica, acabando com o rio São Francisco e o rio Madeira. A política do PT, da CUT e MST é domesticar o capital. No momento atual o país passa pelo capitalismo da crise, com 65 milhões de deslocados do mercado de trabalho, e o capital não tem outro caminho que não seja a barbárie e a resposta à barbárie é a revolução. A burguesia não quer que se fale em revolução social. Revolução é enfrentar os problemas sociais e resolvê-los. O ajuste proposto não ajusta nada. O desafio é colocar na ordem do dia outra ordem/revolução, outro horizonte. De concreto, tem que se superar o Programa Popular e fazer todas as lutas democráticas. O capital não cederá absolutamente nada.

Maurício Guetta começou sua intervenção informando que o Ministro da Justiça revogou as demarcações de terras indígenas e que os direitos dos índios estão na constituição desde 1937. O país vive a teoria do retrocesso do direito ambiental, sendo que o licenciamento ambiental é a bola da vez desde o final de 2015. Na atualidade há cerca de 700 processos legislativos sobre o licenciamento. Há uma necessidade de fortalecimento do Licenciamento Ambiental, que deve ser feito através da organização de debates, audiências públicas e seminários encontros legislativos, garantindo melhores condições aos órgãos que cuidam do Licenciamento Ambiental, pois não há recursos financeiros nem pessoal. A FUNAI conta atualmente com 15 funcionários para cuidar 3.000 processos e na Fundação Palmares há apenas dois funcionários na função de garantir os direitos frente ao Licenciamento Ambiental. Os PLs aprofundam muito mais a crise do que trazem soluções, sendo que mais de 20 PLs estão tramitando atualmente. A PEC 65/12 é inconstitucional e acaba com o licenciamento, uma vez que uma obra não pode ser parada após ser iniciada. O PLS 654/15, de autoria de Romero Jucá, relatado por Blairo Maggi e aprovado pela Agenda Brasil sem debate e sem audiências públicas, aumenta os riscos de novos desastres, pois radicaliza na flexibilização e reduz a zero o papel dos órgãos que integram o processo de licenciamento. O PL 3729 conta com 17 apêndices e tem por objeto a dispensa do licenciamento, sendo que as questões sociais não são incluídas e exclui da análise as áreas indiretamente afetadas. O STF já decidiu em 2001 que não se pode dispensar o licenciamento. Nos últimos tempos há um fortalecimento das lutas relativas ao Licenciamento Ambiental, com um aumento de entidades preocupadas em barrar os retrocessos em curso. As entidades estão unidas e a demanda é que se apontem soluções.

Ana Carla Magni iniciou sua apresentação com um slide sobre a precarização dos serviços públicos, dividido em dois períodos, de 90 a 2002 e de 2003 a 2015. Apontou as diferenças mais significativas. Colocou que

há um mito de País inchado e que o modelo não mudou, sendo que apenas no segundo período houve a retomada dos concursos públicos e recomposição parcial das perdas salariais. Ocorriam mesas setoriais sem eficácia, carreiras que mereciam mais e carreiras que mereciam menos. No primeiro período houve uma queda de 32% no número de servidores, sendo que no segundo período são admitidos mais servidores do que são concedidas aposentadorias. O PL 257 arrasa com o serviço público propondo um período de congelamento de 20 anos. Segundo a palestrante o déficit da previdência é um mito. O desmonte de direitos seguiu no período 2003/2015, com a desvinculação que já vinha sendo executada. Atualmente há uma evolução das normas precárias de contratação, como contratação por tempo determinado, terceirização, trabalho estágio, entre outros vínculos precários. O trabalho por tempo determinado foi muito intensificado nos últimos anos e o combate ao trabalho temporário é de difícil execução. No IBGE a maioria dos trabalhadores são temporários, uma vez que representam um gasto com folha de pagamento bem menor. Cada vez se gasta mais com contratos temporários e as despesas com terceirização aumentaram 290%. A precarização atinge a população como um todo. Segundo a palestrante, é necessário derrotar esse governo e construir um novo. Apresentação em anexo.

PRIMEIRA RODADA DE DISCUSSÕES

Ao final das apresentações dos palestrantes, iniciou-se o debate, com uma rodada de cinco inscrições iniciais seguidas das respostas dos debatedores. Na sequência, seriam aceitas mais inscrições.

José Mário: Os servidores trabalharam muito na década de 90 para barrar as reformas e hoje não estão tendo competência para barrar esses PL's. Ir para a rua é o único termômetro para esses projetos. Enfatizou que o país é uma republiqueta e que o governo interino é golpista.

Claudio Fabi: A mesa foi extremamente esclarecedora. Os desmontes da área ambiental e da previdência vieram da política. No mundo não se fala mais em questão ambiental só em terrorismo. Não há como discutir as questões salariais se não discutirmos as questões políticas. A direção da Ascema São Paulo é pelo Fora Temer.

Chico Machado: Plínio trata a crise de uma forma mais ampla. O movimento social tem responsabilidade da crise. Tem que se cobrar os acordos já feitos e não discutir outros acordos com esse governo interino. As dificuldades são muito grandes. O PT nasceu sem um programa acabado. Não se pode aceitar o ajuste da Dilma. O caminho é acumular forças, denunciar o caráter do governo golpista.

Jonas Moraes: deve ser colocado para a base o que foi dito no Encontro e fazer um chamamento para todos para irem à luta. Há dez dias para levar os projetos de licenciamento ambiental para frente e esses projetos são inconstitucionais.

Ariana: o ISA está participando, qual a visão geral dessa lei geral de licenciamento ambiental? Demonstra preocupação sobre o subsídio financeiro externo com esses movimentos/manifestações de direita. Há modelos externos que o Brasil poderia usar.

Respostas do Primeiro Bloco

Plínio de Arruda acredita que a radicalização do imperialismo vai provocar a luta. Está se perpetrando um ataque contra os trabalhadores e contra o Brasil. O ajuste é o programa do capital e o país passa por uma pausa democrática. Qual o programa a seguir? Dinamicamente a situação é outra, portanto, como acumular força? Tem que se ter uma bandeira de luta. A jornada de julho/13 foi uma explosão, mas parou porque não tinha um programa. O capital não tem projeto para o Brasil. Os gráficos da Ana foram didáticos e mostram que o programa é Direitos Já! O método para isso é ocupação, basta ver o exemplo dos estudantes que conseguiram uma resposta, mas será necessário ocupar o Brasil inteiro e dar uma resposta à ofensiva do capital. Esse projeto vai gerar gravíssimas contradições e a burguesia sabe disso.

Maurício Guetta esclareceu que se deve impor aos governos os direitos, inclusive de forma judicial. O país vive um vácuo político, os anseios populares são diferentes dos do governo. Esse é um momento de oportunidade, onde há necessidade de organização e de unidade. Se não houver luta o desmonte é garantido. A FUNAI, um General do PSC foi convidado para a presidência, com o objetivo claro de evangelização dos índios. Há treze ocupações na FUNAI. Os projetos têm inconstitucionalidade. A PEC 165 é totalmente inconstitucional. O ISA não sentará com ninguém, pois direitos não se discute, não discutirá projetos com esse governo. O Brasil é, e deverá ser sempre vanguarda na questão ambiental. O povo é que deve ditar o novo modelo que quer.

Ana Magni: O capitalismo é um modelo rápido e destrutível. O PT nas lutas foi pedagógico, mas no governo foi deseducativo. Um projeto alternativo é importante, que seja de defesa dos trabalhadores, construir novos direitos. São muito importantes as invasões de imóveis, porque há especulação imobiliária, as ocupações têm que ser intensificadas. Resistir significa ter projetos de defesa de uma maioria da população e destruição do capital. Para que Ibama, IBGE, FUNAI? Porque não existe apreço pelo Estado, mas pelo capital.

SEGUNDA RODADA DE DISCUSSÕES

Emerson: disse que existe a necessidade de unificar a carreira ambiental, integrar todos, ter unidade. A conciliação de classes acabou com muitos direitos. Tem que se discutir grandes temas, fomentar debates. Há uma grande influência do capital no Congresso Nacional.

Vicente: Tem que haver uma postura equilibrada. Brasil está inserido na crise mundial. Há preocupação com a questão trabalhista. A educação ambiental está esquecida, só em 14 Estados ainda existe. A questão florestal terá grandes mudanças, um exemplo é a venda de terras para estrangeiros. A China virá com tudo para cá, plantar pinus e eucalipto. O projeto do Sandro Mabel é uma terceirização da terceirização.

Mirian Parente: Não há dúvidas que o país passa por um golpe e que os grandes prejudicados são os trabalhadores assalariados. Os servidores têm que se organizar nas suas entidades representativas, CUT, CONDSEF. Os servidores devem se aliar aos trabalhadores da iniciativa privada. As mulheres são um exemplo nesse momento, foi a Marcha das Margaridas que primeiro chamou o Fora Cunha. Os secundaristas estão dando exemplo com as ocupações. Sugere a ocupação da Câmara e Planalto.

Claudia: Gastos com terceirizados e locação de imóveis, nove prédios locados pelo ICMBio. Até que ponto esses custos impactam nas negociações da carreira. Deve-se analisar os custos dos contratos para a instituição e os recursos do licenciamento para as Unidades de Conservação.

Marli: Os servidores estão muitos dispersos a nível nacional. Para ter programa, método, há necessidade de uma maior organização, para aumentar a massa crítica dos servidores.

Gabriel: O Encontro está bastante esvaziado devido à falta de organização nas Associações. Há uma preocupação em chamar os movimentos de reformistas. Considera o MST revolucionário. Como fazer um debate de massa para fazer a revolução brasileira?

Diolindo: Coloca que os servidores não estão somando, que devem se unir para desmentir as mídias. Passar informações, olhar inteiramente, ter estratégia, programa. A classe poderia estar mais forte e sugeriu deixar de lado as brigas e vaidades entre as lideranças.

Respostas do Segundo Bloco

Plínio: O debate deve se dar de forma desarmada. O neodesenvolvimentismo foi uma bolha. O crescimento é a ideologia do desenvolvimento. Como sair da apatia para a revolução? Não se deixar cooptar, construir correlação de forças contra o Estado. Houve um golpe eleitoral e agora há um golpe dentro do golpe, no programa democrático e popular. O capitalismo aceita mudanças. A oposição está sem uma resistência, tanto da Dilma como do PT. É preciso construir a força na rua, não abandonar nada, partir para a desobediência civil. As jornadas de junho foram sem partido, sem bandeira, aliás, só a bandeira do Brasil, a tal da Ordem e Progresso. Deve-se ter bandeira e partidos sim, lutar pela reforma agrária. A luta pela reforma agrária foi derrotada. Para o Capitalismo não é impossível dar direitos. O momento histórico é de grande importância. O PT já se posicionou de que lado está, o Temer é companheiro, o PT respeita o ajuste fiscal. Os mesmos que estão por trás do PT estão por trás também do Temer/PMDB, Aécio/PSDB, que são as grandes empreiteiras, doadoras. O sistema deles é o golpe. O ponto de partida que temos é o debate, precisamos criar o novo para enfrentar o novo capitalismo, a barbárie.

Ana Magni: Respeitar é diferente de aceitar, o momento requer unidade. Esse é um golpe nos trabalhadores, agora é desmontar de vez. Os trabalhadores devem permanecer unidos. O MST se amarrou demais em um projeto que não deu certo. Rifar direitos, pressão para conseguir aquela carreira que alguns colegas querem. Esse é um governo de constrangimento e há necessidade de saber como lidar com isso, constranger o governo, para a classe trabalhadora sair do constrangimento. Os servidores federais devem fazer mais atividades juntos, elaborar um manifesto de todos os servidores federais e não de um órgão só. Deve-se ocupar o Fórum dos Servidores, trazer novas instituições, para começar um acúmulo de força diferenciado. Fora Temer, por direitos!

Maurício Guetta: Há uma influência muito grande de direito privado sobre o direito público. Hoje as bancadas no Congresso são divididas por setor econômico, não há bancadas de direita x esquerda. A esquerda é crítica por essência, a discussão em formação é abrangente. Precisa-se formar um comitê amplo, a união de diversos setores, mesmo divergentes mas unidos por questões comuns está dando certo, há necessidade de convergir, principalmente agora, que o país passa por um cenário de retrocesso de direitos. Hoje é acachapante a situação das unidades de conservação, por exemplo, o governador Geraldo Alckmin está privatizando essas

unidades em São Paulo. Hoje a decisão política é superior à do técnico. Quando o técnico recebe, a decisão de fazer a obra já está tomada e ele não pode fazer mais nada. O palestrante espera que haja sempre mais união entre a sociedade civil e servidores públicos.

Terminado as respostas, a mesa agradeceu os palestrantes e participantes e deu por encerrados os trabalhos do dia 06 de julho.

Dia 07/07/2016

Os trabalhos do dia foram iniciados às 08:30 com o informe do Diretor Financeiro da Ascema Nacional sobre a consignação em folha da arrecadação das associações locais. Explicou que hoje a Ascema tem uma despesa mensal de aproximadamente R\$ 20.000,00 e que sua arrecadação varia de R\$ 16.000,00 a R\$ 22.000,00. Observou que os gastos são praticamente equiparados à arrecadação, sendo que existe um problema sério com a mesma. No presente encontro, oito entidades não puderam encaminhar delegados pois estão suspensas por falta de pagamento. Os estados do BA, AM, RR e PB não estão fazendo os repasses. Várias entidades têm problemas nas transições de diretoria. Por outro lado, algumas entidades estão sempre em dia, como por exemplo DF, RJ, MG, PA, RS, GO, entre outras. Na sequência foi apresentado o Sr. Marcelo, membro da empresa de consultoria Slavov, a qual prestou serviços para a Ascema Nacional sobre a consignação em folha, e que poderá vir a ser o responsável por este serviço junto às entidades locais, caso haja adesão das mesmas. O Diretor esclareceu que a Ascema Nacional não tem os elementos para aderir ao consignado porque não há padronização de percentual de desconto das entidades locais, os quais são variáveis. O Decreto 8690 de março de 2016 mudou as regras do consignado, deixando de exigir um mínimo de 500 pessoas para autorizar a consignação em folha de pagamento, o que tornou possível que as entidades locais pleiteiem o serviço.

Na sequência foi dada a palavra ao Sr. Marcelo que esclareceu que conhece os trâmites processuais para conseguir o consignado, pois trabalha no ramo há quase 10 anos. A Mudança da Portaria 110 do Ministério do Planejamento consiste na retirada do quantitativo mínimo de associados para fazer o consignado, sendo o processo quase todo eletrônico. Das associações e sindicatos são exigidos os mesmos documentos, sendo a única diferença a carta sindical, no caso dos sindicatos. A empresa analisa toda documentação para conseguir operar no sistema consignado, sendo que há um contrato com o SERPRO para operar o consignado e, caso se perca esse prazo, o processo volta ao início.

O Diretor Financeiro lembrou que algumas entidades perderam o prazo no ano passado para cadastramento, como Asibama Piauí, o que gerou problemas financeiros. Hoje três entidades filiadas à Ascema são assessoradas por Marcelo na questão dos consignados.

INFORMES JURÍDICOS

A mesa foi composta pelo presidente da Asibama/DF, Jonas Moraes, e pelo advogado da Ascema Nacional, Dr. Diego Vega e pela Diretora Jurídica da Ascema Nacional, Vera Élen N. Freitas.

Jonas Moraes abriu os informes jurídicos com um breve histórico sobre a criação da carreira do Ibama nos idos de 2000. Na época, o Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão (MPOG) não aceitou a criação da carreira de servidores com regime jurídico único, enviando PL ao Congresso para contratação em regime celetista. Na época havia o Ibama e a Asibama/DF fazia papel de entidade nacional. Com muita luta dos servidores junto ao Congresso Nacional, foi aprovado um substitutivo e foi aprovada a carreira com os cargos de analistas e técnicos ambientais e administrativos. Houve uma tentativa de barrar o projeto por parte do MPOG, a qual não foi exitosa. O projeto da criação da carreira foi aprovado no Senado e sancionado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. A Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA) e os avanços na mesma foram conseguidos pelos servidores, pela luta que sempre foi travada. No Ministério do Meio Ambiente houve mudança no cargo, que foi denominado de gestor ambiental. O MPOG havia criado há pouco tempo sua carreira de gestor e os gestores entraram com uma ação popular contra CEMA, alegando inconstitucionalidade. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) se encontram no Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2003 e é acompanhada pelos advogados da Ascema e Asibama DF. É sabido que uma sentença desfavorável criará muitos problemas para os servidores e para carreira como um todo.

O Dr. Diego Vega repassou os últimos informes sobre as ações ajuizadas pela Ascema Nacional. O pedido de isenção de cobrança de Imposto de Renda sobre o auxílio-creche, teve sentença positiva, se encontra transitado em julgado, mas aguarda ir para a execução. Quanto à questão da insalubridade incidindo sobre a contagem especial do tempo de serviço, informou que após uma denúncia em uma audiência com o Ministério Público Federal, foram firmados dois acordos, um com o Ibama e outro o Instituto Chico Mendes, o que poupou cerca de 10 anos em trâmites judiciais. Os acordos foram firmados após as cartas enviadas para ativos, pensionistas e aposentados, o que gerou um pânico por conta dos pedidos de apresentação de documentos, sendo que toda documentação deve ser de responsabilidade do órgão. Na ação do ex-chefe da Auditoria do Ibama contra Henrique e Ana Maria, ex-presidentes da Asibama DF e da Ascema Nacional, respectivamente, foi esclarecido que a defesa dos dois foi realizada por meio da assessoria jurídica da Ascema Nacional, uma vez que as ações foram ajuizadas contra os diretores das duas entidades no exercício de suas atribuições. Embora tenha havido uma tentativa de “personalizar” as ações, ao entrar contra as pessoas físicas e não contra as entidades, mas os resultados foram favoráveis nestas ações. Foram ajuizadas duas ações no início do ano. A primeira sobre o aumento abusivo feito pelo GEAP, sendo que no período ocorreram diversos problemas, entre eles 21 dias sem sistema, além do Ministério Público ficar com a ação um mês e ter posicionamento contrário à causa. Foi elaborado um abaixo-assinado pedindo para que o juiz despachasse, mas até o presente momento não há uma decisão. A outra ação se refere à contagem para progressão do tempo do servidor que se encontra em licença capacitação. A juíza solicitou que fosse emendada, obrigando a administração a decidir sobre a questão. Sabe-se que os órgãos já se manifestaram, mas ainda não foi dado conhecimento sobre o teor da posição tomada. Outra questão abordada foi a cobrança feita aos servidores pelos Conselhos Regionais de Classe, sendo que a denúncia que existia no Ministério Público Federal por

um servidor, e que teve a adesão da Ascema, foi arquivada. A Ascema protocolou outra denúncia pedindo que seja feito um acordo, mas esclarece que as defesas contra essa cobrança, ou seja, as ações, tem que ser individuais.

Em relação à emenda feita ao PL 4250/15 (que trata do reajuste da CEMA, além de outras carreiras contempladas no mesmo PL), foi informado que caso o mesmo seja aprovado e sancionado com a emenda que exige diploma de nível superior para nível técnico, poderá ser levantada mais uma ADIN contra a CEMA, suscitando a retomada do andamento da outra ADIN contra a Carreira já existe e está no STF. A jurisprudência analisada não é favorável e essa emenda traz como novidade não só a exigência de diploma de nível superior para ingresso na carreira de técnico, como a previsão de cinco anos para os que são da carreira de técnico se adequarem ao nível superior. No aspecto político há problemas, como, por exemplo, o que fazer com os técnicos que não fizerem o curso superior em cinco anos? E os aposentados? E o pessoal do PECMA (Plano Especial da Carreira de Meio Ambiente)? Como ficam os reajustes posteriores da carreira? O reajuste será diferenciado? Outro assunto abordado foi o Licenciamento Ambiental, onde em paralelo à PEC 65 tramitam outros projetos mais danosos, como por exemplo o projeto de licenciamento geral. É urgente que se mostre os danos que poderão ser causados pela aprovação desses Projetos de Lei (654/15, 3759/04, etc....). Há necessidade de unir esforços, fazer documento um único com uma posição nacional. Jonas Moraes esclareceu que a Asibama/DF está sendo acusada de ir para o Senado para aprovar o projeto com a emenda relativa ao nível médio. Devemos parar com essas acusações. Há muitos servidores de nível médio pedindo desfiliação. As questões de carreiras devem ser discutidas nos fóruns legítimos. Vera Élen informou que a ASCEMA Nacional não fez nenhuma movimentação contra a emenda. Foi feito um acordo em 2015 com o Governo, após consulta aos servidores em todo o país, sendo que somente duas assembleias rejeitaram a proposta acordada: a Flona de Paraopeba e a da SUPES/IBAMA/SP. Portanto, o acordo assinado respeitou a decisão dos servidores da CEMA e do PECMA, sendo que não há como defender junto ao Governo esta emenda, uma vez que ela não faz parte do acordo da carreira, não sendo discutida nos órgãos ou no coletivo dos servidores, da forma que sempre foi feito. A proposta não fala no PECMA e nem se abrange o coletivo. Continuando assim, caso o projeto precisar voltar para a Câmara, em setembro os servidores não receberão os 5,5% acordados. Outro assunto abordado foi o problema grave causado pelo cadastro desatualizado das associações, onde dos dados dos associados não o número do CPF. As entidades locais precisam manter dados corretos dos filiados. Por último Vera Élen levantou, ainda, duas situações ocorridas com ex-servidores para serem tratadas pela Ascema Nacional, as quais dizem respeito à servidora Ciomara e outra ao Carlos Daniel. Em relação ao caso da Ciomara, será feito um estudo de caso do processo dela, uma vez que teve sua aposentadoria cassada sob a alegação que quando na ativa, teria recebido DAS de uma unidade do IBAMA no Rio de Janeiro e por decisão do Superintendente à época, ter ido trabalhar na SUPES/IBAMA/RJ. Foi feita uma denúncia e o processo correu à revelia no judiciário, sendo que no final ela sofreu as consequências de ato da administração do órgão e não contou com defesa por parte da Advocacia Geral da União (AGU). Tal caso merece análise pois é prática habitual dos órgãos ambientais delegar que servidores que recebem DAS cumpram suas funções em outro local, geralmente por falta de condições de trabalho no local de origem do cargo em comissão. Importante ressaltar que a ex-servidora foi

associada à entidade filiada à Ascema Nacional. O outro caso em questão é o do ex-servidor Carlos Daniel. Em relação ao seu caso, foi acatado o resultado das assembleias ocorridas no CEPTA e na SUPES/IBAMA/SP (podem ser consultadas, caso seja solicitado formalmente) que deliberaram por não aceitar que a Ascema Nacional intervenha em favor do ex-servidor, pelos motivos constantes na ata e, ainda, porque o mesmo nunca fez parte dos quadros de associados das entidades filiadas à Ascema Nacional. Portanto, farão parte das deliberações do Encontro estes dois posicionamentos.

Após o encerramento dos informes jurídicos, foram realizadas discussões em grupo com base nas deliberações das assembleias das entidades locais. As propostas resultantes das discussões dos grupos foram apresentadas na Plenária, para deliberação.

PLENÁRIA

A mesa da plenária foi formada por Emerson Aguiar, Eduardo Nuber e Lisandro Signori.

No período da tarde foram apresentadas as propostas dos grupos, cuja sequência de apresentação foi: grupo 4 seguido do grupo 1, 2 e 3.

Deliberações Aprovadas:

A primeira proposta aprovada foi criar um GT dos técnicos com prazo de 120 dias (composição do grupo no final do relatório), que terá assessoria técnica e ao final produzirá um relatório para ser feito uma discussão, sobre a proposta criada pelo GT com um amplo debate nos estados e a se ter deliberação do coletivo dos servidores da área ambiental.

ENGAJAMENTO POLÍTICO DA ENTIDADE

- ✓ Não tomar posição em relação ao governo ser golpista ou não.
- ✓ Lutar pela manutenção da gestão pública de qualidade sem aceitação de retrocessos na gestão ambiental federal de modo a garantir as políticas de Estado em detrimento das políticas de governo.
- ✓ Promover maior articulação com movimentos sociais e outras categorias.
- ✓ Que a Ascema Nacional oriente discussões e debates nas bases acerca dos seguintes temas:
 - Reforma política;
 - Necessidade de um plebiscito/consulta popular acerca da necessidade de novas eleições presidenciais;
 - Propostas de combate à corrupção - propostas de leis, posicionamento contra o desmonte dos órgãos de controle do Estado, entre outros possíveis.

NEGOCIAÇÃO

- ✓ Que a Ascema Nacional e CONDSEF continue participando das mesas de negociação existentes, considerando que elas foram conquistas da luta dos servidores para diálogo com o Estado;
- ✓ Enquanto durar a interinidade do governo não serão negociados temas novos, ou seja, além dos já apresentados ao Governo através da proposta de Reestruturação da Carreira e dos documentos apresentados à Mesa Setorial de Negociação do Ministério do Meio Ambiente e seus fóruns, dada a existência de Acordo já assinado no ano passado, a entidade deve participar de ações que objetivem a manutenção de direitos já adquiridos ou que visem prevenir prejuízos ao meio ambiente ou à carreira.
- ✓ Lutar pela regulamentação da GQ-III

ENTIDADES ESTADUAIS

- ✓ Recomendar a instauração das assembleias permanentes nos Estados.
- ✓ Propor uma agenda de Encontros Regionais entre servidores da área ambiental.
- ✓ Construir um Plano de Comunicação da Ascema para divulgação da importância das questões ambientais (com o cuidado de adequar a linguagem e as ações visando atingir a sociedade em geral), para fortalecer as mobilizações da carreira e repassar as diretrizes deste plano às entidades de base. E incentivar as entidades estaduais a construir um Plano de Comunicação para divulgação da importância da carreira, mobilizações e divulgação de questões ambientais relevantes.
- ✓ Coordenar e Implementar ações de comunicação, através de informes/mensagens nas redes sociais.
- ✓ Orientar as entidades de base a realizar atividades políticas como audiências públicas junto às prefeituras ou comissões de meio ambiente das assembleias legislativas, no sentido da defesa das questões ambientais e da preservação das unidades descentralizadas dos órgãos ambientais federais ameaçadas.
- ✓ Estimular a participação de representantes das entidades de base junto ao Congresso Nacional.
- ✓ Buscar novas formas de agregar os servidores que estão lotados em locais isolados – desenvolver processos de participação à distância.
- ✓ Estimular as entidades estaduais a intensificar a participação nos Fóruns e movimentos em prol dos serviços públicos federais, estaduais, municipais e também nos fóruns ambientais.
- ✓ Que a Ascema Nacional construa uma agenda de luta que contemple atividades/atos durante as Olimpíadas no Rio de Janeiro para aproveitar a visibilidade do evento.
- ✓ Que a Ascema Nacional articule para unidade nas lutas dos servidores da área sincronizando e otimizando ações propostas pelas entidades estaduais.

ÓRGÃOS AMBIENTAIS

- ✓ Pautar a questão do sucateamento dos órgãos ambientais com o MMA, e se posicione e articule lutas contra o corte orçamentário no ICMBio e IBAMA devido à precarização dos serviços e falta de condições de trabalho (falta de materiais básicos de escritório, limpeza, manutenção, combustível) e precarização do trabalho dos terceirizados (constante atraso nos pagamentos). Lutar contra a desestruturação das Unidades de conservação.
- ✓ Que a Ascema Nacional se manifeste pelo Fortalecimento das SUPES e CRS.
- ✓ Retomar o GT para fazer um levantamento da situação dos órgãos ambientais, aproveitando para resgatar os trabalhos que realizaram diagnóstico da situação dos órgãos ambientais, de maneira a sistematizar proposta pelo fortalecimento dos órgãos ambientais.
- ✓ Criar um GT sobre o tema compensação ambiental e pagamento por serviços ambientais.
- ✓ Estudar a possibilidade do teletrabalho (Homeoffice) para nossa carreira.
- ✓ Denunciar e lutar contra o nepotismo no MMA e vinculadas.
- ✓ Que a Ascema Nacional exija que qualquer reestruturação dos órgãos ambientais seja amplamente debatida com os servidores.
- ✓ Fazer uma análise jurídica e também buscar pela via administrativa a revogação das portarias que vedam a comunicação direta entre servidores do Ibama e do ICMBio.
- ✓ Que a Ascema Nacional se posicione pelo retorno da portaria de fiscalização que foi retirada dos analistas que trabalham no licenciamento ambiental.
- ✓ Que a Ascema Nacional se posicione contra a forma atual do Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD) devido aos parâmetros extremamente subjetivos da avaliação, a não possibilidade de avaliação da chefia,

a falta de regularização nos procedimentos. Além de elaborar uma proposta dos servidores de melhoramento da avaliação de desempenho para apresentar no MNP.

- ✓ Que a Ascema Nacional oriente a discussão sobre eleição direta com participação dos servidores dos órgãos ou no mínimo de eleição de lista tríplice para presidente dos órgãos (IBAMA e ICMBio) e leve para as mesas setoriais a necessidade de desenvolver processos de seleção participativo para cargos de chefia.
- ✓ Defender a GEAP das atuais intervenções.
- ✓ Exigir uma Política Institucional contra o assédio moral e sexual no âmbito do MMA e suas vinculadas.
- ✓ Que a Ascema Nacional se manifeste quanto às ameaças de revogação dos decretos de criação das UCs recém-criadas na Amazônia.
- ✓ Exigir política de preparação para aposentadoria nos nossos órgãos.
- ✓ Que a Ascema Nacional divulgue com antecedência, para as entidades a agenda de reuniões com os gestores.
- ✓ Que a Ascema se manifeste quanto às ameaças de revogação das UC's e TI's recém-criadas.

FUNPRESP

- ✓ Que a Ascema Nacional estimule discussões nas bases sobre o Funpresp, aderindo à luta das entidades de servidores federais contra esse fundo.

LEGISLAÇÃO

- ✓ Que a Ascema Nacional dê ampla divulgação aos documentos contra o desmonte do licenciamento ambiental e que os protocole no Congresso (nas duas casas).
- ✓ Que a Ascema Nacional defenda o arquivamento dos seguintes projetos prejudiciais ao meio ambiente e/ou aos trabalhadores PEC nº 65/2012, PLS nº 602, 603 e 654 de 2015, PL nº 3729/2014, PEC nº 291/2008, PEC nº 215, PLP nº 257/2016, PL nº 4330/2004, aprovado na câmara e tramitando no Senado como PL da Câmara 30/2015, o Código da Mineração, PL 7422, MP 727, PEC 241/2016 e a proposta de contrarreforma da previdência, e que qualquer proposta de modificação nos temas dessas legislações só seja realizada após amplo debate na sociedade.
- ✓ Exigir do MMA a ampla divulgação da minuta do projeto que trata da Lei Geral do Licenciamento Ambiental para amplo debate com os servidores que atuam na área e repudiar qualquer proposta de penalização administrativa dos servidores do licenciamento por conta dos atrasos no processo de licenciamento.
- ✓ Lutar contra a retirada do controle na liberação dos agrotóxicos por parte do IBAMA e ANVISA.
- ✓ Que a Ascema se manifeste contrária à lei estadual 79/2016, que permite a introdução de espécies exóticas e alópticas na Bacia do Amazonas.
- ✓ Lutar contra a Lei nº 13301/2016, sobre a possibilidade de pulverização aérea de controle vetorial por meio de dispersão por aeronaves.

CARREIRA AMBIENTAL

- ✓ Que a ASCEMA Nacional elabore um documento resgatando o histórico da construção da carreira.
- ✓ Lutar pela reestruturação da carreira de especialista em meio ambiente conforme a elaboração do grupo de trabalho, advindo das deliberações do encontro dos servidores em maio de 2015, com as devidas correções das distorções salariais entre o nível auxiliar, intermediário, superior.
- ✓ Lutar em defesa dos aposentados e pensionistas, assim como, pela manutenção das conquistas adquiridas.
- ✓ Lutar pela abertura de concursos públicos para os níveis: auxiliar, intermediário e superior.
- ✓ Lutar pela implementação das horas atividades para toda a carreira.

JURÍDICO:

- ✓ Participar como “amigo da corte” na ação feita pelo Fórum dos Servidores Públicos Federais contra a obrigatoriedade da entrada dos servidores públicos no Funpresp.
- ✓ Fazer acordo com o GEAP, caso seja apresentado pelo CONAD, uma proposta de acordo diminuindo o percentual de 37,55% para 20%, contemplando os servidores listados na ação judicial.
- ✓ Autorização para fazer um estudo de caso em relação ao processo da Ciomara, ex servidora do IBAMA lotada no Rio de Janeiro.
- ✓ Não será feita intervenção no sentido de defender o ex-servidor Carlos Daniel Gomes Toni, conforme foi votado pelas assembleias ocorridas no estado de São Paulo.

PLANO DE LUTAS:

- ✓ Exigir do IBAMA e MMA a apuração das responsabilidades constantes no relatório da CGU.
- ✓ Que a Ascema Nacional oriente que as entidades de base realizem atividades políticas como audiências públicas junto às prefeituras ou comissões de meio ambiente das assembleias legislativas no sentido defesa das questões ambientais e da preservação das unidades descentralizadas dos órgãos ambientais federais ameaçadas.
- ✓ Que a ASCEMA Nacional estimule a participação de representantes das entidades de base junto ao Congresso Nacional.
- ✓ Ratificar e intensificar a luta pela criação das FCAs, em detrimento das FCPEs.
- ✓ Que a ASCEMA Nacional se posicione contra o ajuste fiscal.
- ✓ Manifestação contra os cortes orçamentários nos órgãos ambientais
- ✓ Participar na Campanha em defesa da auditoria da dívida pública.
- ✓ Lutar contra a falta de pagamentos de terceirizados.
- ✓ Lutar em defesa dos Centros de Pesquisa do ICMBio.
- ✓ Busca constante de melhoria nas condições de trabalho.
- ✓ Manifestação contra a extinção dos órgãos de controle.
- ✓ Fazer um seminário sobre licenciamento ambiental com previsão para setembro e criar um GT para desenvolver uma proposta sobre o licenciamento.
- ✓ Que a Ascema apoie a criação de um observatório ambiental organizado pela ASIBAMA/DF.
- ✓ Crítica aos conselhos como CTNBio e CTNAgro.
- ✓ Lutar para ser haver a transposição dos novos servidores do PECMA do MMA para a CEMA.
- ✓ Divulgar e apoiar a Carta dos agentes administrativos do MMA.

MOÇÕES APROVADAS:

Moção de Apoio aos Servidores do IBGE Contra a Nomeação do Novo Presidente do Órgão

Os delegados representantes dos servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA, lotados no IBAMA, ICMBio, SFB e MMA, presentes ao Encontro Nacional dos Servidores da Área Ambiental Federal, nos dias 06 a 07/07 e ao Encontro do DENTMA no dia 08/07, em Brasília; vêm a público expressar seu total apoio à luta, legítima, justa e necessária, empreendida pelos servidores do IBGE, contra a nomeação do Paulo Rabello de Castro.

A nomeação feita pelo presidente interino Michel Temer, causa espanto, pois é do conhecimento geral que o presidente nomeado é diretor e criador da SR Rating, empresa que faz classificação dos riscos de investir em determinado ativo, o que demonstra claramente o conflito de interesse existente para exercer a função.

Ressalte-se que, o cargo de presidente do IBGE possibilita o acesso a todos os dados produzidos sobre o país antes mesmo de serem levados a público.

Dessa forma, os Delegados presentes ao Encontro, apoiam e esperam que a organização e união dos servidores do IBGE, consiga reverter esta nomeação temerária.

Brasília, julho de 2016.

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A REVOGAÇÃO DAS RECÉM-CRIADAS

UCs e TIs NO ESTADO DO AMAZONAS

A Ascema Nacional - Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialistas em Meio Ambiente e PECMA, vem através desta manifestar o seu repúdio, em relação à tentativa de parte da bancada de deputados federais, senadores e representantes dos produtores rurais do Amazonas, de propor a revogação da criação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas recém-criadas no estado do Amazonas.

A revogação das novas Unidades de Conservação criadas (Flonas Urupadi e Aripuana, Rebio Manicore, APA Campos de Manicore e Parna Acari), assim como as recém-criadas Terras Indígenas (Sissaíma, Murutinga/Tracajá e Riozinha), atende somente à reivindicação de entidades ligadas ao setor rural do estado.

Vale ressaltar que a justificativa dos políticos e produtores rurais do estado do Amazonas, de que o processo de criação das UCs e TIs não seguiu os trâmites normais não se justifica, já que o processo de criação das UCs seguiu seu curso normal, inclusive com consultas públicas nos municípios, reuniões em Manaus, oitivas aos outros órgãos federais (SPU, Incra, Funai, MME, MAPA), negociações bilaterais, passagem por crivos legais no ICMBio, no Ministério do Meio Ambiente e na Casa Civil da Presidência da República.

Da mesma forma, a FUNAI já se pronunciou informando que todos os trâmites normais e necessários para a criação das TIs mencionadas foram rigorosamente seguidos. As recém-criadas TIs abrigarão indivíduos das etnias Mura, Kokama e Tikuna. Ainda segundo a FUNAI, as novas TIs são uma reivindicação antiga dessas etnias e diversos estudos, pesquisas e audiências, foram feitas para a implementação das TIs, que abrangem blocos ambientalmente distintos, complementares e extremamente importantes do ponto de vista ecológico: a várzea e a terra firme.

Ressaltamos ainda que a criação dessas novas áreas protegidas irá trazer mais segurança e proteção para as populações tradicionais e para a biodiversidade local, além de fortalecer a gestão ambiental no estado do Amazonas.

Entendemos que qualquer movimento que vai contra a criação de áreas protegidas na Amazônia brasileira, se opõe a tendência atual de valorizar, proteger e desenvolver a região amazônica, sua biodiversidade e a sociedade local.

Porém, com a efetivação do governo interino, a anulação da criação das unidades de conservação e terras indígenas tem sido usada como moeda de troca por grande parte da classe política amazonense.

Assim, solicitamos que esse tema seja socializado e discutido por todos, e que qualquer movimento que vá contra essa importante conquista do povo amazonense e brasileiro, que é o aumento da proteção do bioma amazônico, já tão pressionado e explorado, seja veementemente combatido e rejeitado.

Respeitosamente,

Diretoria Executiva da Ascema Nacional

MOÇÃO DE REPÚDIO À LEI QUE PERMITE A INTRODUÇÃO

DE ESPÉCIES EXÓTICAS NA BACIA AMAZÔNICA

A ASCEMA NACIONAL - Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialistas em Meio Ambiente e PECMA, vem através desta manifestar o seu repúdio em relação à Lei Ordinária 79/2016, sancionada em 30 de maio de 2016 pelo governador do estado do Amazonas.

Essa lei, que visa disciplinar a atividade de aquicultura no Estado do Amazonas e dá outras providências, traz uma série de incongruências que colocam em risco o equilíbrio e a manutenção de toda a biodiversidade amazônica. Entre as principais inadequações que essa lei traz, está a liberação do cultivo de espécies exóticas no bioma amazônico; a possibilidade de barramento de igarapés e a autorização de empreendimentos em Áreas de Preservação Permanente - APP, quando de "interesse público".

É notoriamente sabido que a introdução de espécies não-nativas é um processo que tem induzido a um complexo processo de degradação dos ecossistemas, de forma comprovada, com vários exemplos ao redor do mundo, sendo os casos de introdução de espécies de peixes para aquicultura alguns dos mais emblemáticos.

A prevenção de novas invasões se torna particularmente desafiadora nos casos de países em desenvolvimento como o Brasil, onde decisões políticas são comumente baseadas em demandas de curto prazo. Desta forma, a totalidade dos custos ambientais e sociais associados à introdução de espécies tem sido irresponsavelmente minimizada, particularmente se há interesses de grupos específicos na exploração comercial de espécies não-nativas. Nesses casos, as consequências de longo prazo para o meio ambiente, para a economia e a sociedade têm sido amplamente ignoradas.

Além disso, os padrões epidemiológicos das doenças associadas à aquicultura são desconhecidos, e representam sérios riscos biológicos, econômicos e sociais e que podem ser amplificados com a introdução de espécies hospedeiras não-nativas. Particularmente nos trópicos, região na qual o estado do Amazonas está francamente inserido, a propagação de doenças nos animais de cultivo pode ocorrer em uma velocidade onde seja impossível de mitigar os efeitos. Pior ainda, essas doenças podem se propagar para espécies nativas, amplificando os impactos ambientais e econômicos associados ao problema.

Neste contexto, é com muita apreensão que recebemos a notícia a respeito da aprovação dessa Lei Estadual. Vale ressaltar que essa lei vai de encontro a Lei de Proteção á Fauna, que cita em seu Art. 31, que a introdução de espécies exóticas sem prévia autorização é crime ambiental, inclusive passível de pena de detenção. Entendemos que a criminalização desse tema é em função de sua relevância, e que o princípio da precaução deve ser considerado, tendo em vista os impactos ambientais que a atividade pode causar, haja vista as inúmeras pesquisas científicas que têm comprovado os riscos dessa prática.

Também é bastante preocupante a possibilidade de voltar a autorizar o barramento de igarapés e outros cursos d'água para aquicultura. O Estado do Amazonas está na maior bacia hidrográfica do mundo com milhares de espécies de flora e fauna que dependem dos ciclos naturais dos rios, tanto nos igarapés (rio contínuo) como nas áreas de várzea (pelo pulso de inundação) e da conectividade destes sistemas. O Amazonas já proibiu a instalação de barragens em igarapés e não há disponibilidade de nenhuma justificativa técnica que embase esta possibilidade.

Entendemos que disciplinar a atividade de aquicultura no Estado do Amazonas é extremamente importante, porém deve ser feito após amplo debate com os setores envolvidos, entre eles os pesquisadores, aquicultores, legisladores e consumidores. Da mesma forma, os princípios de precaução e respeito ao meio ambiente, devem ser premissas indispensáveis ao tema.

Assim, solicitamos que esse tema seja socializado e discutido pela sociedade e que a Lei Ordinária 79/2016, da forma como foi proposta, seja imediatamente revogada pelo governo do estado do Amazonas.

Respeitosamente,

Diretoria Executiva da Ascema Nacional

MOÇÃO DE REPÚDIO AO PROJETO "PONTE PARA O FUTURO"

Não consta no Relatório por não ter sido entregue a Comissão Relatora, tão logo seja repassado para Ascema Nacional faremos uma retificação ao Relatório, incorporando o texto da moção aprovada no Encontro.

GT – Técnicos (CEMA e PECMA)

Coordenadores	Membros	Lotação
<ul style="list-style-type: none"> • Jonas Moraes Correa- representando os técnicos da CEMA • Telma Castro Silva Vasconcelos – representando os servidores do PECMA • Vera Élen Nascimento Freitas – representando a CONDSEF e a Ascema Nacional 	• Claudia Lima Trindade	ICMBIO – Paraíba
	• Deolindo Moura Neto	EsReg Ibama /Parnaíba – PI
	• Antônia Lucia Gomes dos Santos	SUPES Ibama /CE
	• Vanilio Marques	(Aposentado) ICMBio / MT
	• Ozil de Oliveira Sousa Júnior	MMA/DF
	• Maria da Conceição O. Ferreira	SUPES Ibama /MG

	<ul style="list-style-type: none"> • Maria Félix Araújo 	RAN ICMBio /GO
	<ul style="list-style-type: none"> • Ivone Maria de Carvalho Rocha 	EsReg Ibama /Uberlândia -MG
	<ul style="list-style-type: none"> • Mackinley Lobato de Souza 	ICMBio – Sede /DF
	<ul style="list-style-type: none"> • 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ademilde Maria Lopes (Midinha) • 	Cepene ICMBio - Pernambuco
	<ul style="list-style-type: none"> • Valfredo José Pires Júnior 	SUPES Ibama /SP
	<ul style="list-style-type: none"> • Vilma Moreira dos Santos 	Flona Paropeba ICMBio /MG
	<ul style="list-style-type: none"> • Vitor Hugo F. Vasconcelos 	Flona Pau Rosa ICMBio /AM
	<ul style="list-style-type: none"> • Vicente Mota de Souza 	SUPES Ibama /MS

GT – COMPENSAÇÃO AMBIENTAL:

Foi apresentado dois nomes para compor GT:

- ✓ Gisela Livino de Carvalho
- ✓ Grahel Benatti

Obs.: Pela diretoria da Ascema Nacional farão parte Mariana Momesso e Claudio Rodrigues Fabi, sendo necessário levantar mais nomes para comporem este GT.

GT – LICENCIAMENTO:

Não foi apresentado nome no Encontro, que serão escolhidos no Seminário sobre Licenciamento que ocorrerá em setembro. Pela diretoria da Ascema Nacional participarão: Carlos Eduardo Martins e Emerson Luiz Nunes Aguiar.

GT – SITUAÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS:

Não foi apresentado nomes no Encontro. Será feito uma consulta para levantar nomes para este GT. Pela diretoria da Ascema participarão: Guilherme Aranha, Lisandro e Rômulo.

Participantes:

NOME	UF	STATUS
Francisco Missias C. Lopes	AC	D-Ibama
Vitor Hugo F. de Vasconcelos	AM	D- ICMBio
Luiz Carlos Del C. Raiol	AP	D- C. Fiscal
Antônia Lúcia G. dos Santos	CE	D-Ibama
Alex Barroso Bernal	DF	D- MMA
Ariana Iochie A. Moraes	DF	D-Ibama
Betânia Santos Fichino	DF	D-MMA
Francisco Chagas Machado	DF	D- Ibama
Jonas Moraes Correa	DF	D-SFB
Mackinley Lobato	DF	D-ICMBio
Rogério Eliseu Egewarth	DF	D- Diretor Ascema
Grahal Benatti	DF	D-ICMBio
Guilherme Araújo R. Aranha	DF	D- Diretor Ascema
Jorge Luiz Carneiro Piccolo	DF	D-ICMBio
Lúcio Costa Proença	DF	D-MMA
Mirian Vaz Parente	DF	SINDSEP/ DF
Nadinni O. de Matos Sousa	DF	D-MMA
Ozil de Oliveira Sousa Júnior	DF	D- MMA
Rosângela de Assis Nicolau	DF	D-MMA
Telma Castro da Silva Vasconcelos	DF	D-MMA
Gustavo Castro Athayde	ES	D-Ibama
José Marcius Dias Coradine	ES	D-Ibama
Kelly Bonach	ES	D-ICMBio

NOME	UF	STATUS
Rodrigo da Costa Andrade	GO	D-Ibama
Eduardo Costa de Assis	GO	D- Ibama
Maria Félix de Araújo	GO	D- ICMBio
Renata Aquinoga T. Cavalcante	MT	D-Ibama
Vanílio Marques	MT	D-ICMBio
Maria da Conceição O. Ferreira	MG	D- Ibama
Vilma Moreira dos Santos	MG	D- ICMBio
Waldo Luiz Cerqueira	MG	D- Ibama
Jurandir de Freitas	MS	D- Ibama
Vicente Mota de Souza	MS	D- Ibama
Otávio Albuquerque A. Lima	PA	D- Ibama
Cláudia Lima Trindade	PB	Convidada ICMBio
Paulo Marinari Rodrigues	PB	Observador IBAMA
Gisela Livino de Carvalho	PE	D- ICMBio
Mariana Momesso	PE	D- Diretora Ascema
Elcio Paulo da Rocha	PI	D- C. Fiscal
Deolindo Moura Neto	PI	D- Ibama
Diego Emanuel Arruda Sanchez	PR	Observador- Ibama
Carlos Eduardo Martins	RJ	D- Diretor Ascema
Eduardo Nuber	RJ	D- Diretor Ascema
Cecília Gonçalves Barbosa	RJ	D-Ibama
Antônio Terra Leite Abreu	RJ	D-Ibama
Bruno Bernardes Teixeira	RJ	D-Ibama

NOME	UF	STATUS
Maria Cândida da Silva	RJ	D- Diretora Ascema
Gabriel de Albuquerque Carvalho	RJ	D-Ibama
Raquel Pinhão da Silveira	RJ	D-Ibama
Denis Helena Rivas	RJ	D-ICMBio
Emerson Luiz Nunes Aguiar	RO	D- Diretor Ascema
José Mário Amaral Virué	RS	D-Ibama
Lisandro Márcio Signori	RS	D- Diretor Ascema
Ana Carolina Bonifacio da Silva	SP	D- Diretora Ascema
Cláudio Rodrigues Fabi	SP	D- Diretor Ascema
Margarida Sturaro	SP	D- C. Fiscal
Vera Elen N. Freitas	SP	D- Diretor Ascema
Marli Penteado	SP	D-ICMBio
Valfredo José Pires Júnior	SP	D- Ibama
Leandro Milhomem Costa	TO	D-Ibama
Pedro Mesquita Neto	TO	D-ibama
Ademilde Maria Lopes	PE	O – ICMBio
Ana Maria Evaristo Cruz	DF	O- Ibama
Ivone Maria Carvalho Rocha	MG	O- Ibama

Brasília, julho de 2016.


Emerson Luiz Nunes Aguiar
 Presidente
 Ascema Nacional